

Resenhas

Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil, Maria Tereza Leme Fleury, São Paulo, Global Editora, 1983.

Este trabalho, que originalmente se constituiu numa tese de doutoramento, pertence a uma nova perspectiva de estudos, surgida a partir da década de 1970, dedicada à análise do cooperativismo agrícola no Brasil. A preocupação principal desses estudiosos tem girado em torno da apreensão do papel do cooperativismo agrícola no processo de acumulação capitalista.

É nesse sentido que a autora, refutando tanto a visão "apologética" do movimento cooperativista — que lhe imprime um caráter ideológico de solução para os problemas do setor agrícola — como a visão "economicista" — que iguala a cooperativa a uma empresa qualquer — procura, ao longo do trabalho, explicitar as relações dos produtores com as cooperativas, mostrando que a cooperativa agrícola assume um caráter contraditório, que não permite que esta se reduza a uma empresa capitalista, mas que, ao mesmo tempo, garante sua sobrevivência e reprodução dentro de uma economia capitalista.

Esse caráter contraditório, de acordo com a autora, é decorrente de "quatro grandes determinações, que se projetam no interior da cooperativa, tornando-a uma totalidade complexa específica". A primeira delas consiste na relação que a cooperativa mantém com o mercado, levando-a a assumir um

comportamento que lhe garanta competitividade no meio capitalista, mas que, por outro lado, lhe confere uma aparência de empresa capitalista. A segunda seria causada pela ausência de monopolização do setor agrícola, contrariamente aos outros setores da economia, o que permite o surgimento de produtores familiares, não-capitalistas, que buscam no cooperativismo, através da união com os produtores capitalistas, uma forma de se ressarcirem da contínua deterioração de seu poder de troca com os demais setores.

Entretanto, a existência de um grupo heterogêneo de produtores, com interesses diversos dentro da cooperativa, implica um tratamento diferenciado dado por esta a esses produtores: a cooperativa acaba por favorecer o grupo dominante, ou seja, o dos produtores capitalistas. Essa se configura na terceira "determinação" visto que esse fenômeno não implica a destruição das categorias de produtores familiares porque elas "se configuram como peça essencial à reprodução, não só da cooperativa, como dos próprios produtores capitalistas". Neste ponto, deve-se atentar para o fato de que a autora está, dessa forma, assumindo uma postura na atual discussão sobre o papel da produção agrícola não-capitalista no Brasil: a chamada controvérsia sobre a "funcionalidade" da pequena produção à acumulação capitalista.

Resenhas e Registros

Cumpra ainda salientar que essa “tese da funcionalidade” na sua versão atual, tem sido proposta por pesquisadores como Francisco de Oliveira e José de Souza Martins, entre outros, tendo, atualmente, tanto áridos defensores como críticos.

Finalmente, a quarta “determinação” é fornecida pelas relações que a cooperativa mantém com o Estado. Vale dizer, segundo a autora, que o Estado assumiu a proposta cooperativa “não só por razões de ordem econômica, mas também por razões de cunho ideológico” justamente porque, dessa forma, esse movimento não provocaria mudanças de caráter estrutural no setor agrícola. Assim, com o apoio das políticas estatais, as cooperativas conseguem operar com uma margem de ineficiência técnica maior que uma empresa privada, assumindo “linhas de ações muitas vezes incoerentes e contraditórias”

Como suporte empírico do trabalho, a autora utiliza o estudo de cinco cooperativas de laticínios do Estado de São Paulo e produtores de leite — capitalistas e familiares. No final do trabalho, ela empreende uma

tentativa de generalização para o entendimento do cooperativismo agrícola sem, no entanto, pretender “construir um modelo que pudesse ser aplicado como camisa-de-força a qualquer situação empírica considerada”

Apesar de as principais conclusões do trabalho apoiarem-se num estudo de caso, com a decorrente falta de abrangência para o cooperativismo agrícola como um todo, isto não invalida o grande mérito do mesmo, que está na capacidade da autora em apreender a cooperativa agrícola enquanto uma “unidade contraditória” inerente de sua natureza e, concomitantemente, de suas relações com o meio capitalista, no qual está inserida. Por isso, trata-se de uma leitura obrigatória para os que estão interessados em fazer uma reflexão, sob uma ótica mais imparcial, sobre o papel do cooperativismo agrícola na dinâmica da acumulação capitalista no Brasil.

Maria de Lourdes Ferreira

A Economia Política Brasileira. Guido Mantega. Petrópolis. Polis/Vozes. 1984.

Toda crise tem dois aspectos indissociáveis. De um lado, a crise envolve a destruição, que pode ser entendida como a dissipação do que já foi construído. De outro, porém, tratando-se de uma irreversibilidade histórica, a crise pode ter um elemento de progresso, dependendo de como entendamos a História. Assim, a crise exige uma revisão: ela fragmenta, divide, propõe realinhamentos e novas questões. A superação da crise, portanto, envolve um esforço intelectual e uma prática política de acerto de contas com o passado.

A partir desta perspectiva, o livro de Guido Mantega, *A Economia Política Brasileira*, convida a uma reflexão sobre os diferentes esquemas interpretativos do desenvolvimento econômico do Brasil, tentando situá-los historicamente e modelá-los. Limitando a investigação aos chamados autores progressistas e de esquerda que publicaram suas idéias nas décadas de 50 e 60, o autor constrói três modelos básicos a partir, tanto da afinidade teórica dos autores, como da complementaridade política de suas principais propostas.

Tais modelos são pelo autor intitulados Modelos de Substituição de Importações, Modelo Democrático-Burguês e Modelo de Subdesenvolvimento Capitalista.

Partindo do debate Simonsen-Gudin e da contribuição da Cepal, o autor elabora o modelo de Substituição de Importações, que teria como características básicas o uso de instrumental teórico neoclássico e keynesiano e a originalidade de entender o capitalismo que então se formava como especificado por sua situação periférica em relação ao capitalismo já existente.

O instrumento teórico e a referência histórica de tal modelo permitem ao autor indicar a concepção mais geral de Furtado e Rangel como sendo nutrida pela ideologia nacionalista do desenvolvimento: a transfor-

mação de uma economia agrário-exportadora em industrial obscureceria seu aspecto capitalista e teria como referência final uma identidade de interesses entre capital e trabalho. Tanto que as limitações apontadas ao desenvolvimento nos anos 60 decorreriam da densidade do capital e da distribuição de renda. Que Furtado e Rangel entendam a substituição de importações na acepção literal, não impede ao autor colocá-los junto a Tavares, para quem tal processo era movido pela tensão permanente, relativa ou absoluta, entre a capacidade de importar da economia e o dinamismo que blocos de invasão lhe conferiam.

Apesar de aparentemente não reconhecer a industrialização como interesse concreto imediato de amplos setores da sociedade de então, o autor bem aponta as limitações de uma análise que via na demanda de consumo (insuficiente, dado o padrão técnico e o mercado de trabalho) a barreira à passagem do crescimento auto-sustentado.

Paralelo a essa concepção, que aglutinou amplos setores da sociedade na década de 50 e culminou com o Plano de Metas e com uma primeira articulação com o capital estrangeiro e o nacional, soldados pelo gasto público, o autor vislumbra o segundo modelo, de raiz teórica marxista, que interpretou o desenvolvimento brasileiro como desenvolvimento capitalista à luz da clássica análise de Lênin sobre a transição para o capitalismo a partir dos escombros de uma sociedade feudal.

O ponto focal da discussão seria, portanto, a compreensão da sociedade brasileira como tendo um passado feudal, cuja liquidação seria um imperativo para o desenvolvimento do capitalismo, obstado este pelos vínculos entre os setores nacionais reacionários e o imperialismo, o que configuraria uma estrutura atrasada, baseada na grande propriedade territorial e na dominação pelo comércio

internacional (Sodré, Guimarães). A passagem ao capitalismo exigiria, então, uma revolução democrático-burguesa, cujos esteios seriam a perspectiva antiimperialista e anti-feudal dos setores nacionais e progressistas da burguesia e da classe trabalhadora.

As limitações desse modelo democrático-burguês são, hoje, evidentes e sistematicamente indicadas pelo autor: nem o Brasil teria um passado feudal a liquidar, nem haveria o tipo de antagonismo sugerido entre a burguesia nacional e o capital estrangeiro. Pena que Mantega substitua um extremo por outro ao tomar o resultado do Plano de Metas apenas como uma vitória do capital em geral, fato verdadeiro, mas que esconde os conflitos, não menos verdadeiros, entre os capitais historicamente considerados.

Como é sabido, o resultado do processo de industrialização dos anos 50 foi frustrante, tanto do ponto de vista das perspectivas progressistas de desenvolvimento, quanto das propostas nacional-democráticas dos setores mais à esquerda: o país mergulhou em séria crise econômica e em profunda crise política no início dos anos 60, sem que a miséria tivesse sido eliminada, sem que a burguesia nacional se firmasse ante o imperialismo, sem que a economia brasileira se "igualasse" à dos países capitalistas avançados.

O ambiente, propício à revisão crítica, mas também a exageros, de meados dos anos 60 gerou três linhas de reflexão, que o autor, não sem ressalvas, pinta sob o título de modelo de subdesenvolvimento capitalista. A idéia geral é distinguir nas três linhas a crítica à revolução democrático-burguesa, isto é, tratar o Brasil como país capitalista que teria liquidado com seu passado, mas que permaneceria subdesenvolvido em decorrência da exploração imperialista: é o único ponto que poderia juntar A. G. Frank, B.M. Marini e C. Prado Jr.

Os três traços constitutivos desse modelo, identificados por conta do autor ao "desenvolvimento desigual e combinado de *Trotsky*", seriam o fato de o atraso brasileiro não se dever a barreiras ao capitalismo senão que a características próprias do desenvolvimento do capitalismo mundial (Frank).

Desse modo, apesar de capitalista, o Brasil seria explorado em produtos primários pelas metrópoles (Prado), ficando seu próprio desenvolvimento dependente da superexploração dos trabalhadores (para sustentar o imperialismo e o capital local) e do mercado consumidor de países mais atrasados (Marini).

A falta de consistência de tal modelo fica evidente logo que se toma em conta a diferença entre as propostas políticas, de Caio Prado Jr. de um lado, e de Frank e Marini de outro. Para Prado, trata-se de enfrentar o atraso das condições de exploração capitalista no campo e de lutar contra o imperialismo via Estado (controle de divisas, gastos e remessas). Para os outros, a tarefa imediata é lutar contra a exploração capitalista.

A inconsistência se acentua se notarmos a ênfase de Prado à esfera da produção, enquanto os outros privilegiam a circulação numa concepção estática sobre a divisão internacional do trabalho, reproduzindo canhestamente a concepção cepalina de periferia, esvaziada agora de dinamismo e de transformação de estruturas.

Merece algum reparo a crítica do autor a Caio Prado Jr. Apesar de localizar historicamente *A Revolução Brasileira*, de Prado como resposta à concepção de feudalismo no campo, que baseava a análise e atuação de amplos setores da sociedade, Mantega se perde em aspectos formais ao confundir escravidão com escravo e capitalismo com salário. É preciso lembrar que, para Caio Prado Jr., a distinção entre escravo e assalariado só é de menor importância do ponto de vista de que ambos encaram as condições de produção como propriedade alheia: isto os iguala entre si e os diferencia do camponês.

Essa diferença é fundamental no que diz respeito às reivindicações econômicas e políticas dos trabalhadores, mas jamais pode obscurecer a distinção entre escravidão e capitalismo, distinção, aliás, extremamente clara em toda a obra do brilhante historiador. Da mesma forma, não adianta dizer que o capitalista paga ao assalariado enquanto o proprietário não paga ao trabalhador rural porque, por

trás da forma, o assalariado só recebe de volta o que adiantou ao capitalista; este não lhe pagou nada, ao contrário, só recebeu. Desse ponto de vista, o que temos no campo é capitalismo, trabalho assalariado no sentido amplo, ainda que não houvesse à época proletários, o que suporia a industrialização do campo no sentido estrito.

* * *

Para esboçar essa *Economia Política Brasileira*, o autor parte de determinada concepção teórica que se depreende ao longo de toda a argumentação. Pode-se começar a balizá-la pela incompreensível expressão "valor do trabalho" (p. 253), que já foi comparada por F. Engels à "temperatura do calor", ou pela ricardiana confusão entre valor e valor de troca. (p. 109). E não se trata de questão semântica, pois o autor sustenta que a acumulação de capital "até funciona melhor com a sistemática elevação da taxa de mais-valia, o que implica menor capacidade de consumo de cada trabalhador em separado" (p. 101). Na verdade, a elevação da taxa de mais-valia significa um aumento do trabalho excedente por unidade de força de trabalho consumida, podendo o consumo (de valores de uso) dos trabalhadores aumentar, manter-se ou mesmo diminuir.

Curioso é que, para o autor, o consumo dos trabalhadores às vezes tem papel diferente do que se depreenderia pelo que foi dito acima: "(...) quando os trabalhadores conseguem aumentos de salários podem ocasionar a queda da lucratividade, a restrição dos investimentos, o aumento do desemprego, enfim, a recessão econômica" (p. 95). E assim, Marx, para quem "o capital é o limite de si mesmo", transforma-se em um "pigouviano menor" pouco dado a considerações sobre o movimento da produção capitalista. Movimento que o autor em tela entende de forma peculiar (p. 116, 182) ao circunscrever um dos aspectos da acumulação à "realização da mais-valia". Como se a realização do valor dos meios de produção e da força de trabalho consumidos fosse automática, sendo a demanda suficiente ou insuficiente apenas em relação ao trabalho excedente. Trata-se da velha formulação do

"gap" de demanda sob nova roupagem, o que travestiria Marx de "keynesiano menor"

Ainda ao nível das determinações gerais da produção capitalista, o autor entende que a passagem da situação em que a demanda de bens de consumo caminha à frente da produção para a "dinâmica propriamente capitalista de acumulação" deve-se ao fato de que os investimentos se avolumam, vão modificando o perfil da demanda, até transformá-lo num mercado especificamente capitalista" (p. 278). Isto é, a transição dar-se-ia em função de uma complexidade crescente que se deslocaria gradualmente da demanda de bens de consumo e meios de produção agrícola para a demanda interindustrial. A constituição de um setor produtor de meios de produção seria então o desdobramento da demanda de consumo, fenômeno desconhecido em todos os processos de industrialização que a História registra.

Nunca se formou a produção de meios de produção por pressão da demanda de consumo, senão que, ao contrário, por blocos sólidos de inversão pesada, com maior ou menor participação do Estado, na revolução dos transportes e da infra-estrutura, em geral. A questão é que as condições técnicas, de escala e de financiamentos com que a economia brasileira se defrontou, foram violentamente diferentes das que se verificaram na industrialização inglesa, por exemplo. Apenas em nenhuma das duas houve o tal desdobramento. De modo que o "segmento mais dinâmico do imperialismo" não veio se juntar a uma "inevitável consolidação da acumulação em bases locais", senão que se constituiu em elo vital da cadeia de relações interindustriais, então em construção, assim que "se resolveram" as limitações de infra-estrutura e risco (p. 48).

As considerações acima não dizem respeito, porém, ao aspecto original do livro, ou seja, os três modelos básicos que o autor constrói. E que, como toda tentativa original de interpretação de um passado recente até hoje pouco discutido, certamente provo-

cará novas reflexões, fato necessário ao enfrentamento das questões atuais, cuja ade-

quada compreensão supõe que sejam superados os erros passados.

José Francisco de Lima Gonçalves
IPE/USP

METODOLOGIA CIENTÍFICA: O PROBLEMA DA ANÁLISE SOCIAL.
Carlos Roberto Faccina e Luis Alberto Peluso. São Paulo, Mackenzie/Pioneira, 1984, 110 p. (Estudos Universitários).

O livro é escrito por dois professores de Metodologia Científica da Universidade Mackenzie, resultando da insatisfação dos autores com os modelos tradicionais de análise social e suas versões modernas, classificados em duas grandes linhas: marxismo e liberalismo clássico.

O objetivo central é formular diretrizes metodológicas que devem orientar, obrigatoriamente, a construção de um modelo alternativo para a compreensão da realidade social, enquanto fenômeno histórico. A estas diretrizes, é atribuído o papel de evitar os dogmatismos e as profecias que marcam os modelos tradicionais do século XIX.

Coerente com o objetivo de definir critérios metodológicos, o discurso tem um caráter fortemente normativo, pelo qual os modelos tradicionais são analisados e linhas gerais de um novo modelo são propostas.

A obra de Karl Popper constitui o referencial teórico, onde os autores vão buscar o critério de demarcação de ciência, que norteia toda a análise subsequente. A tese defendida é a de que a análise e compreensão da realidade social deve ser feita através de modelos. Estes devem satisfazer as "exigências das mais modernas preocupações da Teoria sobre a Ciência" (sic): admitir a conjectura e a refutabilidade que caracterizam a racionalidade humana. A atitude crítica realiza-se na busca de detectar o erro e eliminá-lo. Desta forma, o que caracteriza uma proposição científica é a sua provisó-

riedade e possibilidade de ser submetida à prova, que consiste na confrontação do modelo com os fatos. Este é o quadro em que se define a Ciência, seja ela Social ou Natural.

Contudo, o objeto das Ciências Sociais impõe algumas dificuldades e especificidades a este ramo do conhecimento humano, principalmente no que tange à aplicação do método experimental. A proposta dos autores é a de que tratar a realidade social através da "Engenharia Social Fragmentária" e da "Lógica da Situação", na forma colocada por Popper em *A miséria do historicismo* e *A lógica das Ciências Sociais* é a única forma de compreender os fatos sociais dentro dos moldes de ciência propostos.

A seguir, os autores analisam alguns problemas sobre a elaboração de modelos históricos, concluindo que devem ter um caráter teórico-explicativo, que dê sentido aos fatos e documentos. Desta forma, devem conter um procedimento nomotético. Por outro lado, a análise histórica não pode esquecer que os fenômenos históricos desenrolam-se no plano do atípico de forma complexa e desordenada, o que torna indispensável o procedimento ideográfico. Ademais, este modelo deve ter como característica básica a provisóriedade, partindo do pressuposto de que a teoria deve submeter-se à realidade.

Uma vez definidas as diretrizes metodológicas que um modelo deve seguir para merecer o título de científico, são analisados os modelos marxista e liberal-clássico. Aí os autores se inspiram nas críticas ao

marxismo de Ralf Dahrendorf, bem como nas de Popper. Considerados como dogmáticos e violentos, os modelos tradicionais são frutos, segundo os autores, da Teoria da Ciência do século XIX, onde "a Verdade do Modelo se impõe à realidade dos fatos" A ciência do século XX, pelo contrário, seria dominada pelo debate crítico, cerne do que os autores denominam de "racionalismo crítico"

Destaca-se, ao longo de todo o livro, que a exigência básica imposta a um modelo é a de que construa suas teorias de forma que possam ser submetidas à crítica dos homens e dos fatos. Fica, então, uma dúvida: a construção de modelos segundo os critérios formulados seria suficiente para evitar dogmatismos? O "racionalismo crítico" é uma característica do modelo ou do comportamento da comunidade científica? Esta é uma questão não discutida explicitamente pelos autores, o que é, provavelmente, responsável por uma aparente contradição no texto. Afirma-se que o modelo marxista é dogmático. Entretanto, considera-se que a "Teoria Marxista, conforme exposta por Marx, era refutável, e de fato foi refutada" (sic). O que, então, estaria dogmatizando as análises marxistas: o modelo ou o comportamento dos cientistas?

Para enriquecer a análise dos autores, talvez fosse útil trazer para a discussão as idéias de Thomas Kuhn, expostas em *A estrutura das revoluções científicas*, de 1962, onde as teorias são tratadas como produto de um sistema social onde operam mecanismos de conservação da estrutura de poder

da comunidade. Preocupado em compreender como se desenvolve o conhecimento científico, a partir da história da Física, Kuhn afirma que o critério de demarcação de Popper excluiria a maior parte do que se considera como Ciência. O debate entre Popper e Kuhn compõe o livro *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento*, organizado por Imre Lakatos e publicado pela Cultrix, em 1979.

Não se trata de um livro-texto para os que apenas se iniciam no estudo da Metodologia em Ciências Sociais, uma vez que contém afirmações categóricas sobre problemas profundamente controvertidos. Os autores assumem uma postura bastante definida sobre o que consideram o método das ciências sociais, mas que de forma alguma se constitui em problema resolvido. Por isto mesmo, o livro estimula o debate e sua leitura deve ser recomendada.

Têm-se publicado alguns títulos sobre a metodologia e pesquisa científica de autores nacionais. Entretanto, em sua absoluta maioria, tratam primordialmente da pesquisa.

A obra de Faccina e Peluso é rara entre economistas brasileiros e merece louvor a sua coragem em penetrar por searas tão áridas, expressando suas convicções metodológicas. Exemplo a ser seguido por todos os que valorizam o debate no desenvolvimento da Ciência.

Elizabeth Farina
FEA/USP

A editoria da REVISTA ESTUDOS ECONÔMICOS julgou necessária a publicação desta nota especial devido à gravidade da questão tratada. Recebemos do nosso colaborador, Prof. Jacob Gorender, uma carta onde se manifestava genuinamente ofendido pela utilização, por outrem, de suas idéias

e de seu trabalho, sem o devido crédito. Após nossa consulta, o Dr. Guilherme E. Brandão também considerou necessário o registro, por carta, de sua posição. Aos leitores devemos a obrigação de informar e a eles cabe a análise do mérito das partes envolvidas.

Nota sobre uma Questão de Ética Intelectual

Encaminhado com a solicitação de parecer sobre a conveniência de sua publicação por uma editora paulista, chegou-me às mãos exemplar datilografado e xerocopiado do trabalho do sr. Guilherme E. Brandão, intitulado *The Colonial Slave Mode of Production in Brazil*. Num total de 607 páginas e redigido em inglês, trata-se, conforme se verifica no frontispício, de tese submetida à Faculty of the College of Arts and Sciences of the American University, localizada em Washington D.C., como preenchimento de obrigação para obtenção do título de Doctor of Philosophy in Sociology, o que vem rubricado pelas assinaturas do reitor e dos membros da banca examinadora.

O título da tese do sr. Brandão indicou-me, desde logo, afinidade temática com o meu livro *O Escravismo Colonial*, impressão acentuada pela leitura do índice, onde figuram títulos de capítulos e de seções idênticos ou assemelhados. De vez que ninguém é dono de qualquer tema científico, não podia haver da minha parte restrição a esta afinidade de interesses. A leitura do texto evidenciou, porém, que o sr. Brandão construiu sua tese, em proporção substancial, por meio de diversas formas de plágio do meu livro. Devo salientar, a propósito, que a tese do candidato ao título de Ph.D. está datada de 1979, ao passo que *O Escravismo Colonial* foi publicado pela Editora Ática, de São Paulo, em março de 1978, tendo sua segunda edição em outubro do mesmo ano. Assim, pois, não cabe dúvida acerca da pre-

cedência cronológica do meu livro.

Sem citá-lo sequer uma vez, como se de todo o desconhecesse, o sr. Brandão utilizou *O Escravismo Colonial* para uma atividade plagiária que se constata na cópia literal de longos trechos, na cópia de trechos curtos ou de sentenças isoladas e na montagem de trechos com sentenças copiadas ou adaptadas, extraídas de partes variadas da obra plagiada. Segundo pude registrar — sem a certeza de ter sido completo —, o número de linhas copiadas vai a 949, o que representa o somatório de 38 páginas da tese de doutorado.

As diversas formas de plágio possuem, contudo, alcance maior, pois atingem o total de 103 páginas, ou seja, cerca de sexta parte da tese. Além das cópias literais de trechos redigidos, o autor da tese apropriou-se, sem recorrer a disfarces ou com disfarces insignificantes, de cálculos e de quadros estatísticos e, por fim, apresentou como pertencentes a ele certas idéias centrais do meu livro, acerca de cuja originalidade estou inteiramente tranqüilo. Tanto mais porque, em todos os casos pertinentes, tive a preocupação, até exaustiva, de citar os autores que possuíam alguma relação com aquelas idéias.

Vejam, a seguir, duas comprovações da prática da cópia literal. Assim, por exemplo, escreve o sr. Brandão às páginas 124-125 de sua tese:

"It is true though, that Weber hoped that to compensate for the relative lack of 'fullness of content' ideal type constructs could in return offer a greater precision of con-

cepts'. But since, as we have seen, unlike Marx's method, this method is ahistorical, the hope of it is lost. On the one hand, given the point of view chosen by the observer, the same historical phenomenon can be organized around different ideal type formulations. And on the other hand, the same ideal type can enclose, and most likely does, historical phenomena completely diverse. Thus we have the possibility of conceptual identification between social realities that are very different in their substance. For instance, while for Marx the mode of production is historically determined, the Weberian ideal type concept of 'capitalist profit orientation' allows him to discover different forms of capitalism, from antiquity to the present. It is true that one of these forms — the present one — corresponds to the capitalist mode of production, but its definition is a result of a logical-formal analysis and not a dialectical synthesis that is both logical and historical. As a consequence, the results arrived at by Weber are much less fertile (...)."

Confronte-se com o que está impresso nas páginas 47-48 do meu livro:

"Weber pretendeu que, em contrapartida à vacuidade relativa de suas construções, o método tipológico pode oferecer '(...) a univocidade incrementada de seus conceitos'. Mas, uma vez que o tipo ideal é uma forma a-histórica, a pretendida univocidade se perde. Por um lado, dependendo do ponto de vista escolhido pelo observador, o mesmo fenômeno histórico pode ser ordenado segundo diversos tipos ideais. Por outro lado, o mesmo tipo ideal ou forma social abrange fenômenos históricos inteiramente diversos. Daí a possibilidade de identificação conceitual entre realidades sociais diferentes em sua substância. Enquanto a categoria marxista de modo de produção capitalista é rigorosamente unívoca e historicamente determinada, o tipo weberiano orientação capitalista de lucro permite descobrir seis 'formas de capitalismo' desde a Antigüidade até a época contemporânea. É certo que uma destas formas — a da empresa moderna — corresponde ao modo de produção capitalista. Mas sua definição decorre

de uma análise diferencial lógico-formal e não de uma síntese dialética que unifica múltiplas determinações numa totalidade concreta. O resultado a que chegou Weber é, assim, muito menos rico e incomparavelmente menos fecundo do que o conseguido por Marx."

Adiante, às páginas 130-131 da tese do sr. Brandão, lemos o seguinte:

"We can summarize this historical process started in Europe in the fifteenth century and intensified in the sixteenth in the following points. One, this overseas commercial expansion connects all the different continents and, for the first time, creates a universal market, with an intercontinental division of labor (production). Two, as a result of this expansion, colonies are created, which are subordinated economically, socially and politically to European nations. As a consequence, in the subordinate continents — the New World for instance — different forms of colonization are implanted. Three, the creation of the international market and the colonial exploitation give a tremendous push to the primitive accumulation process that had started in the European continent, the western part especially, thus quickening the pace of its transition to capitalism. Fourth, for the first time in history, the history of mankind became world history. First Portugal and Spain, in the fifteenth and sixteenth century, are the main factors in the expansion process, and second, beginning in the seventeenth century nations such as England, Holland and France especially join them and later on surpass them in this process."

A cópia literal do sr. Brandão prossegue por mais 24 linhas, porém considero suficiente fazer a prova de plágio nos limites do trecho acima em inglês, bastando compará-lo com o que se encontra à página 109 de *O Escravismo Colonial*:

"Iniciado no século XV e intensificado no século XVI, ocorre, a partir da Europa Ocidental, um processo de significação histórico-mundial. Este processo desdobra-se nos seguintes aspectos principais:

"a – A expansão comercial ultramarina entrelaça todos os continentes e cria, pela primeira vez, o mercado mundial, com uma divisão intercontinental da produção.

"b – Inicia-se e desenvolve-se o colonialismo da época moderna, com a subordinação, econômica e política, de áreas dos demais continentes à Europa Ocidental. Nos continentes subordinados, surgem variadas formas de colonização européia.

"c – A criação do mercado mundial e a exploração colonialista impulsionam a acumulação originária de capital e aceleram a formação do modo de produção capitalista num grupo de países do Ocidente europeu.

"d – Pela primeira vez, a história da humanidade torna-se universal.

"Portugal e Espanha, nos séculos XV e XVI, são os fatores deste processo. No século XVII, entram na competição e os substituem a Holanda, a Inglaterra e a França."

Seria preciso demonstrar mais? Vejamos, contudo, outras formas de plágio, que dissipam dúvidas a respeito deste atentado à ética intelectual.

À página 562 de *O Escravismo Colonial*, no Quadro XXXIII, estabeleci uma correlação estatística entre a população escrava e a produção de café nas zonas paulistas do Vale do Paraíba, do Oeste Antigo e do Oeste Novo, nos anos de 1836, 1854 e 1886, objetivando evidenciar o fortalecimento do modo de produção escravista colonial em São Paulo, em concomitância com seu declínio nas províncias não-cafeeiras. Tanto quanto seja do meu conhecimento, tal correlação estatística foi elaborada unicamente no meu livro. Pois bem: o sr. Brandão, após reproduzir uma seqüência de argumentos semelhante à de *O Escravismo Colonial*, reproduz, na página 199 de sua tese, o mesmíssimo quadro estatístico. Das fontes por mim citadas, o sr. Brandão excluiu apenas *O Elemento Negro na População de São Paulo*, de Samuel H. Lowrie. Tal exclusão não altera a caracterização de plágio, pois, como fonte substitutiva, foi utilizada a tabela 15 da obra de Robert Conrad *Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil* (original inglês: *The Des-*

truction of Brazilian Slavery – 1850-1888). Ocorre que a tabela 15 de Conrad, que eu também mencionei, possui, como fonte de dados, o referido trabalho de Lowrie.

À página 211 do meu livro, procurei obter uma avaliação do efeito macroeconômico da importação de escravos africanos na economia do Brasil, durante a década de 1841-1850. Para o comércio exterior, baseei-me nos dados de um quadro de Caio Prado Júnior na sua *História Econômica do Brasil* (Brasiliense, 1956). Para o quantitativo de escravos africanos introduzidos naquela década, apoiei-me em Stanley J. Stein (*Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba*, Brasiliense, 1961). Falta, porém, um dado: o do preço médio dos escravos no período em referência. Valendo-me ainda das informações de Stein, procedi a um cálculo aproximativo e cheguei à estimativa de 400\$000 *per capita*. Isto me permitiu concluir que, na década de 1841-1850, a introdução de escravos africanos no Brasil representou 28% do total nacional da exportação e 20% do total nacional da importação.

Às páginas 366-368 de sua tese, o candidato ao título de Ph.D. partiu também de Caio Prado Júnior e de Stanley J. Stein, com a única alteração que consistiu em que, do primeiro, extraiu as cifras em libras esterlinas e não em mil-réis, como foi meu procedimento. O estrondoso, todavia, é que chegasse à estimativa do preço médio do escravo absolutamente igual à minha e, por conseguinte, pudesse apresentar também os mesmos percentuais da exportação e da importação. Ora, não deixa de ser suspeita a absoluta identidade de estimativa entre dois autores que, no caso, só poderiam fazer cálculos aproximativos inevitavelmente variáveis no âmbito de certa ordem de grandeza. No concernente ao sr. Brandão, não se tratou de coincidência, nem de rigor matemático, como seria possível conjecturar, mas de plágio.

Tanto é lícito falar de plágio, que o sr. Brandão reincide na apropriação de percentuais estimativos às páginas 375 e 377 de sua tese de doutorado, quando reproduz

os meus cálculos acerca do peso específico da economia natural no conjunto da produção dos estabelecimentos escravistas brasileiros. À página 377, por exemplo, repete o que está na página 255 do meu livro, ou seja, que o coeficiente de economia natural podia variar, conforme a conjuntura das cotações dos produtos de exportação, entre 10 e 50% da produção escravista total.

Diante do exposto até aqui, dispense-me de entrar em detalhes acerca dos plágios do sr. Brandão ao apresentar como dele, sem qualquer referência ao meu nome e a *O Escravismo Colonial*, as proposições, nesta obra formuladas e desenvolvidas de maneira articulada, sobre a lei da renda monetária,

a lei da inversão inicial de aquisição do escravo, a lei da correlação entre economia mercantil e economia natural e a diferença categorial entre o escravo, enquanto agente subjetivo do processo de trabalho, e o capital fixo.

Abstenho-me de comentar outros aspectos da tese do sr. Guilherme E. Brandão. Em defesa do meu patrimônio intelectual e dos meus direitos autorais, basta-me comprovar que o candidato a Ph.D. pela American University cometeu um plágio doutoral.

Jacob Gorender
historiador

Resposta do Dr. Guilherme E. Brandão à carta do professor Jacob Gorender

Tentei, na tese, considerando as minhas próprias limitações, dar crédito às centenas de fontes referenciais nela utilizadas, através de citações específicas, num total de 805 notas de rodapé. A não-citação do trabalho do historiador Jacob Gorender não ocorreu por ato de má fé, pois tinha de fato conhecimento do mesmo e considero-o um trabalho brilhante, que foi uma enorme contribuição à historiografia brasileira. A omissão, que só posso justificar como erro ou falha de revisão, não foi proposital, pois não houve de minha parte nenhuma intenção de plágio. Tenho plena consciência de minha capacidade intelectual, comprovada através de um curso de doutorado, onde fui aprovado em três dos quatro compreensíveis exames com honra e em todas as matérias cursadas com nota máxima. Este fato mostra, portanto, que eu não poderia e nem teria necessidade de colocar levianamente em risco tantos anos de sacrifício, dedicação e trabalho duro, apropriando-me indevidamente de trabalho alheio. A submissão da tese a exame por uma editora paulista, para eventual publicação, comprova, também, que eu nada

tenho a esconder, pois tinha plena consciência de que qualquer trabalho desta natureza seria encaminhado a consultores especializados e que, em se tratando de assunto da especialidade do Dr. Jacob Gorender, ele muito possivelmente seria consultado.

*Isto posto e levando em consideração as justas colocações e reclamos do autor d' *O Escravismo Colonial*, tenho plena convicção de que, não obstante todos os reparos que se fazem necessários, a minha tese não deixa de ser um trabalho original, com méritos próprios, que inova e contribui decisivamente para uma melhor compreensão das sociedades de países em desenvolvimento, especialmente aquelas, como é o caso do Brasil, marcado pela escravidão. Esta afirmação é baseada, dentre outras, nas seguintes contribuições e que não foram mencionadas pelo Dr. Gorender:*

— Em um capítulo dedicado a questões metodológicas, acredito que muito acrescentei para o esclarecimento e aplicação dos conceitos, modo de produção e formação social. Este fato se refere, especialmente, aos aspectos relacionados às condições de repro-

dução do modo de produção e formação social nos níveis político e ideológico. Ademais, ao longo da tese, esta contribuição fica claramente demonstrada;

– Parte central do trabalho é dedicada ao entendimento do processo de desenvolvimento/subdesenvolvimento ou desenvolvimento desigual das sociedades. (Desenvolvimento aqui definido como maior controle do homem sobre a natureza, medido por mudanças, tanto nas forças como nas relações de produção.) Neste contexto, é explicada a dinâmica do processo de mudança social e a origem e direção do mesmo. Para tanto, é utilizada uma metodologia que não separa o lógico do histórico e que permite estudar a realidade histórica, que está num processo de constante transformação. Os conceitos-chave desta análise são o modo de produção e a formação social. Como objeto de estudo e demonstração desta metodologia, são estudadas as sociedades coloniais caracterizadas pela escravidão. A tese demonstra, com clareza, a validade da metodologia utilizada e que a mesma ainda não foi superada;

– Através do estudo do capital comercial e do capital industrial e utilizando os conceitos de formação social dominante e formação social dominada, fica demonstrado como estas sociedades coloniais foram formadas e

que o desenvolvimento das mesmas é condicionado por processos internos e por processos externos decorrentes, respectivamente, do modo de produção e da formação social das sociedades colonizadas e colonizadoras. (Esta contribuição reforça, inclusive, o trabalho do próprio Dr. Gorender.) Desta maneira, é possível periodizar a história e entender as mudanças sociais qualitativas e como e por que as sociedades se desenvolvem;

– O processo de destruição do modo de produção escravista colonial no Brasil é analisado ao mesmo tempo em que se esboça o que veio a substituí-lo. Esta análise é baseada na combinação dos processos externos que contribuíram para a eliminação da escravatura no Brasil com os processos internos, i.é., as contradições internas do sistema e a luta de classes. A tese contribui, portanto, para o entendimento do processo de transição e para o entendimento de algumas das marcantes características do capitalismo brasileiro, como por exemplo, a dependência, a extrema desigualdade regional e social, o paternalismo e a especificidade do nosso racismo.

Guilherme E. Brandão